

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1105

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

64.ª Reunião / 2.ª Sessão Ordinária - 2.ª Reunião realizada em 2015/04/21

-Recomendação n.º 1/64 (Deliberação n.º 86/AML/2015)-«Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 29/CM/2015» - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 520 (138)

-Recomendação n.º 2/64 (Deliberação n.º 87/AML/2015)-«Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 129/CM/2015» - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 520 (138)

-Recomendação n.º 3/64 (Deliberação n.º 88/AML/2015)-«Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 130/CM/2015» - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 520 (139)

-Recomendação n.º 4/64 (Deliberação n.º 89/AML/2015)-«Recomendações contidas no relatório apresentado pela 4.ª Comissão Permanente - Cheias em Lisboa: Causas das sistemáticas inundações que assolam Lisboa, nos meses de setembro e outubro de 2014» - Subscrita pela 4.ª Comissão Permanente
pág. 520 (139)

-Voto de Pesar n.º 4/64 (Deliberação n.º 90/AML/2015) - «Voto de Pesar pelo naufrágio no Mediterrâneo» - Subscrito pelos Grupos Municipais do BE, do PS, do PAN, do PNPN e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes
pág. 520 (139)

-Voto n.º 1/64 (Deliberação n.º 90a/AML/2015) - «Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor José Mariano Gago, cientista, democrata e grande português» - Subscrito pela Sr.ª Presidente da AML, pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPN e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes
pág. 520 (140)

-Voto n.º 2/64 (Deliberação n.º 90b/AML/2015) - «Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor José Mariano Gago» - Subscrito pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPN e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes
pág. 520 (140)

- **Voto n.º 3/64 (Deliberação n.º 90c/AML/2015) - «Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Vicente»** - Subscrito pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPN e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes
pág. 520 (140)

- **Moção n.º 1/64 - Retificada - (Deliberação n.º 91/AML/2015) - «Solidariedade ativa pelas vítimas do Mediterrâneo»** - Subscrita pela Senhora Presidente da AML, pelos Grupos Municipais do PS, do PAN, do PNPN e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes
pág. 520 (140)

- **Recomendação n.º 11/57 - Retificada - (Deliberação n.º 92/AML/2015) - «Por um maior escrutínio público das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 520 (141)

- **Recomendação n.º 14/57 (Deliberação n.º 93/AML/2015) - «Pela continuação da política de aprofundamento dos mecanismos de acesso e participação dos cidadãos na gestão municipal»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PS
pág. 520 (141)

- **Proposta n.º 2/PAM/2015 (Deliberação n.º 94/AML/2015)** - Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal
pág. 520 (141)

- **Proposta n.º 45/CM/2015 (Deliberação n.º 95/AML/2015) - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas e os benefícios fiscais associados, nos termos da proposta** - Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado
pág. 520 (143)

- **Proposta n.º 29/CM/2015 (Deliberação n.º 96/AML/2015) - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alcântara, nos termos da proposta** - Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo
pág. 520 (153)

- **Proposta n.º 128/CM/2015 (Deliberação n.º 97/AML/2015) - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campolide, nos termos da proposta** - Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro
pág. 520 (158)

- **Proposta n.º 129/CM/2015 (Deliberação n.º 98/AML/2015) - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campo de Ourique, nos termos da proposta** - Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro
pág. 520 (166)

- **Proposta n.º 130/CM/2015 (Deliberação n.º 99/AML/2015) - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, nos termos da proposta** - Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo
pág. 520 (174)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

64.ª Reunião / 2.ª Sessão Ordinária (2.ª Reunião) realizada em 2015/04/21

- **Deliberação n.º 86/AML/2015:**

Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos e Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema: Finanças e Descentralização para as Freguesias

- **Recomendação n.º 1/64 - «Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 29/CM/2015»**

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, MPT, PEV, PAN, PNPN e 6 IND - Contra: 1 DM PS.

Nota: a Recomendação foi votada no Período da Ordem do Dia.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Os Relatórios de execução referidos no contrato devem ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- **Deliberação n.º 87/AML/2015:**

- **Recomendação n.º 2/64 - «Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 129/CM/2015»**

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, MPT, PEV, PAN, PNPN e 6 IND - Contra: 1 DM PS.

Nota: a Recomendação foi votada no Período da Ordem do Dia.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Os Relatórios de execução referidos no contrato devem ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 88/AML/2015:*

- Recomendação n.º 3/64 - «Recomendação contida no Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 130/CM/2015»

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, MPT, PEV, PAN, PNP e 6 IND - Contra: 1 DM PS.

Nota: a Recomendação foi votada no Período da Ordem do Dia.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Os Relatórios de execução referidos no contrato devem ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 89/AML/2015:*

Tema 4 - Ambiente e Qualidade de Vida

- Recomendação n.º 4/64 - «Recomendações contidas no relatório apresentado pela 4.ª Comissão Permanente - Cheias em Lisboa: Causas das sistemáticas inundações que assolaram Lisboa, nos meses de setembro e outubro de 2014»

Subscrita pela 4.ª Comissão Permanente.

Aprovada por unanimidade e aclamação.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

«1 - Dê início à implementação das soluções preconizadas no Plano Geral de Drenagem de Lisboa, pelas ações que apresentem um custo/benefício melhor para a cidade;
2 - Equacione candidaturas a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência

no Uso de Recursos (POSEUR) ou outros programas aplicáveis com vista à implementação do Plano Geral de Drenagem de Lisboa;

3 - Defina uma estratégia de comunicação eficaz que permita informar os munícipes e visitantes da cidade sobre os constrangimentos a criar pela realização das obras preconizadas no Plano;

4 - Promova um plano de limpeza das sarjetas e sumidouros em coordenação com as Juntas de Freguesia para que se garanta atempadamente a respetiva limpeza, quer nas áreas de intervenção das Juntas de Freguesia, quer nos espaços estruturantes a cargo da CML;

5 - Promova a limpeza e manutenção regulares da rede de coletores com vista a melhorar a eficiência e a eficácia da exploração do sistema de drenagem;

6 - Elabore um Plano Local de Emergência para fazer face a situações de inundações, envolvendo todas as entidades que prestam apoio e socorro em situações desta natureza, incluindo formação às Juntas de Freguesia, por forma a garantir uma intervenção mais rápida e coordenada;

7 - Proceda ao mapeamento de todos os sumidouros, valetas e sarjetas e que os mesmos possam estar devidamente assinalados e identificáveis em situação de inundação, por forma a garantir uma maior rapidez de atuação dos serviços;

8 - Proceda à atualização do cadastro, já que a dimensão e complexidade do sistema de drenagem exigem uma atitude de permanente recolha de dados;

10 - Dê conhecimento do estudo geológico realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para avaliar o impacto da construção da CRIL nas frequentes inundações que ocorrem na freguesia de Benfica, em Lisboa. Este estudo foi solicitado pelo Município de Lisboa no final de abril de 2011;

11 - Faça cruzar o Plano Geral de Drenagem com os instrumentos de gestão territorial vigentes e em elaboração e demais planos sectoriais (ex. Plano de Acessibilidade Pedonal), por forma a melhor aproveitar a execução de ações para corrigir eventuais deficiências pontuais;

12 - Considere incentivar a permeabilização de zonas já impermeabilizadas, assim como o recurso a técnicas e produtos de construção economizadores de energia ou catalisadores de energias limpas (ex. coberturas verdes) através de reduções de taxas e/ou compensações ou pelo sistema de créditos previsto no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa e desenvolvido no Regulamento Municipal do Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 90/AML/2015:*

Tema 9 - Outros temas

Subtema: Relações Internacionais

- Voto de Pesar n.º 4/64 - «Voto de Pesar pelo naufrágio no Mediterrâneo»

Subscrito pelos Grupos Municipais do BE, do PS, do PAN, do PNP e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes.

Aprovado por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Expressar o seu profundo pesar por este triste acontecimento e presta homenagem a todas as vítimas.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 90a/AML/2015:*

-Voto n.º 1/64-«Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor José Mariano Gago, cientista, democrata e grande português»

Subscrito pela Sr.ª Presidente da AML, pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPB e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes.

Aprovado por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- a) Expressar a sua homenagem ao cientista, democrata e patriota que foi José Mariano Gago, reconhecendo o seu contributo ímpar para a Ciência e para o desenvolvimento em Portugal;
- b) Aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento e exprimir os seus pêsames à família;
- c) Recomendar à Câmara Municipal que perpetue a sua memória na toponímia da cidade.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 90b/AML/2015:*

-Voto n.º 2/64-«Voto de Pesar pelo falecimento do Prof. Doutor José Mariano Gago»

Subscrito pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPB e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes.

Aprovado por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou [aprovar]:

- «Um voto de pesar e a proposta de atribuição do nome de José Mariano Gago ao atual Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva que deverá ser dirigida ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Educação e Ciência.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 90c/AML/2015:*

-Voto n.º 3/64-«Voto de Pesar pelo falecimento de Ana Vicente»

Subscrito pelos Grupos Municipais do PS, PAN, PNPB e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes.

Aprovado por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «Homenagear a cidadã exemplar que foi Ana Vicente, aprovando um voto de pesar pelo seu falecimento, e expressar os seus pêsames à família.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 91/AML/2015:*

-Moção n.º 1/64 (Retificada)-«Solidariedade ativa pelas vítimas do Mediterrâneo»

Subscrita pela Senhora Presidente da AML, pelos Grupos Municipais do PS, do PAN, do PNPB e pelo conjunto de Deputados Municipais que exercem o seu mandato como Independentes.

Aprovada por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «- Expressar o seu pesar pelas vítimas, recordando todos aqueles, adultos e crianças, que nos últimos anos perderam a vida no antigo “mare nostrum”, na tentativa de fugir à guerra, às perseguições e à fome;
- Apelar a uma acrescida e acelerada solidariedade para os sobreviventes e as famílias das vítimas;
- Denunciar o cinismo e hipocrisia daqueles que, ao mesmo tempo que dizem lamentar estas mortes, apelam a uma “ação concertada” que visa, antes de mais, reforçar a polícia de fronteiras, prosseguindo com erros estratégicos que desestabilizam permanentemente os países e regiões de onde fogem estes migrantes e ignoram os deveres humanitários de acolhimento e defesa de milhares de pessoas em fuga;
- Exigir perante esta situação catastrófica que o governo português siga à risca os princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa em matéria de relações internacionais, nomeadamente o respeito dos direitos humanos, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade;
- Enviar esta moção à Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro de Portugal.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- Deliberação n.º 92/AML/2015:

- Recomendação n.º 11/57 (Retificada) - «Por um Maior Escrutínio Público das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa»

Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT.

Aprovada por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «1 - Publique na internet a cópia integral das atas das reuniões de Câmara;
- 2 - Melhore a informação sobre propostas que são discutidas em reunião de Câmara, colocando na internet os documentos na íntegra ou uma sinopse das propostas.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- Deliberação n.º 93/AML/2015:

- Recomendação n.º 14/57 - «Pela continuação da política de aprofundamento dos mecanismos de acesso e participação dos cidadãos na gestão municipal»

Subscrita pelo Grupo Municipal do PS.

Aprovada por unanimidade.

Teor da deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «1 - Prosseguir a sua política de cidadania ativa, traduzida no novo sítio na Internet, recolhendo contributos dos grupos políticos, deputados independentes e cidadãos sobre formas de melhorar os seus meios de comunicação e transparência;
- 2 - Recomendar à Câmara Municipal a prossecução da adoção de mecanismos de reforço do acesso pelos cidadãos à atividade dos órgãos e serviços do município, na senda do trabalho desenvolvido desde 2007, designadamente através:
 - a) De uma política de transparência ativa dos documentos administrativos (com salvaguarda simultânea da publicidade da gestão pública e da proteção da reserva dos dados pessoais dos cidadãos e demais conteúdos legalmente protegidos);
 - b) Da continuação da divulgação de elementos e da promoção de consultas públicas através do *site* do Município na Internet, nos termos previstos no Programa de Governo da Cidade de Lisboa; e
 - c) Da simplificação da forma de acesso a documentos estratégicos, planos, regulamentos, atas, deliberações, boas práticas, entre outros, no *site* do município.»

Nota: O Documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- Deliberação n.º 94/AML/2015:

- Proposta n.º 2/PAM/2015 - «Balanço da atividade da AML out 2013 - dez 2014 e Grupo de Trabalho para alteração do Regimento»

Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

A Proposta foi deliberada por pontos:

Ponto 1 não é deliberativo;

Ponto 2:

- As alíneas a), b), c), f), g), i), j) e k) foram aprovadas por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6 IND - Abstenção: MPT;
- Alínea d) foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN, PNP e 6 IND - Abstenção: PEV e MPT - Contra: PCP;
- Alínea e) foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6 IND - Abstenção: MPT - Contra: PCP;
- Alínea h) foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, BE, PAN, PNP e 6 IND - Abstenção: CDS-PP e MPT - Contra: PCP e PEV.

Pontos 3 e 4 foram aprovados por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6 IND - Abstenção: PCP e MPT.

Proposta n.º 2/PAM/2015

1 - Considerandos:

O Relatório de Atividades out 2013 - dez 2014 da Assembleia Municipal de Lisboa foi apreciado pela Conferência de Representantes, destacando-se as seguintes conclusões:

- a) A composição plural da Assembleia Municipal de Lisboa no mandato 2013-2017, com 75 deputados municipais, distribuídos por 9 Grupos Municipais e 6 deputados independentes, envolveu uma exigência acrescida de abertura e diálogo entre todas as bancadas, por forma a permitir a participação, em igualdade de circunstâncias, de todos deputados municipais e a condução equitativa e transparente do processo democrático de decisão coletiva, cerne da razão de ser deste órgão;
- b) O novo Regimento, aprovado em março de 2014, privilegiou o debate político, introduzindo novas figuras (como o debate para declarações políticas e o debate de atualidade) e ampliou as possibilidades de participação dos cidadãos;
- c) A calendarização antecipada de todas as modalidades regimentais de debate implicou uma intensa atividade da Assembleia Municipal, visível, desde logo, pelo número de reuniões plenárias realizadas (53). Este elevado número de reuniões resultou, sobretudo, da frequência de sessões extraordinárias, em que avultam as reuniões dedicadas à fiscalização do executivo (perguntas à Câmara e declarações políticas) e à participação dos cidadãos (debates temáticos);

d) A atividade do plenário foi acompanhada de uma não menos intensa atividade das comissões, muito para além da periodicidade prevista no Regimento (reuniões ordinárias bimensais). Houve um total de 251 reuniões de Comissões e do Grupo de Trabalho do Regimento, das quais 238 foram reuniões das oito Comissões Permanentes da Assembleia. A esta atividade correspondeu uma análise muito circunstanciada das matérias em apreciação pelas Comissões, desde propostas da Câmara a petições e reclamações de cidadãos, permitindo um aprofundamento técnico e um escrutínio muito mais rigoroso das propostas da Câmara do que aquele que é feito, em termos de mera apreciação da conformidade legal, pela mesa. Esta é uma parte importante do trabalho da Assembleia Municipal que, não sendo pública, é menos visível mas deve ser valorizada e reconhecida;

e) É de realçar o papel ativo desempenhado pela Conferência de Representantes (que inclui a mesa e representantes de todos os Grupos Municipais, da Câmara e dos deputados independentes) no processo de formação de decisão coletiva inerente à própria natureza da Assembleia. É nessa instância que se procuram resolver, previamente às reuniões plenárias, questões de natureza processual, procedimental e organizativa, mas também matérias políticas que carecem do contributo de todas as bancadas. O ambiente de lealdade institucional por parte de todos os seus membros tem permitido um efectivo diálogo, contribuindo para a emergência de consensos ou de maiorias alargadas em muitas matérias;

f) Entre outubro e dezembro de 2013, a iniciativa da Assembleia representou 62 % das deliberações, contra 38 % de iniciativa da Câmara Municipal. Em 2014, a proporção foi de 58 % para 42 %, mantendo-se a maior fatia por conta da Assembleia. Verifica-se uma grande preponderância de «recomendações à Câmara» nas deliberações da Assembleia Municipal, representando cerca de metade de todas as iniciativas com origem neste órgão deliberativo. É relevante salientar este aspeto, já que as recomendações se dirigem à Câmara Municipal, nos mais diversos aspetos do funcionamento, devendo passar a merecer uma monitorização mais cuidadosa do seu acatamento ou não pelo executivo;

g) A percentagem de aprovação pela Assembleia de moções, recomendações e votos é bastante elevada, com uma média geral de 81,5 % (77,4 % para as recomendações). Este apuramento do resultado das iniciativas da Assembleia Municipal que revestem a forma de moções, recomendações à Câmara ou votos, mostra que, apesar da presença de nove Grupos Municipais distintos e seis deputados independentes, tem sido possível obter consensos bastante alargados em muitas matérias, o que é de sublinhar já que este tipo de iniciativas é totalmente aberto no que respeita aos assuntos a tratar;

h) A fiscalização do executivo ocupou uma parte importante do trabalho da Assembleia Municipal, através das diferentes modalidades previstas no Regimento. Para além da apreciação sobre a informação escrita do Presidente, obrigatória em todas as sessões ordinárias, realizaram-se o debate anual sobre o estado da cidade, sessões para declarações políticas (mensais), perguntas à Câmara (trimestrais) e perguntas sobre freguesias (semestrais);

i) Os temas que motivaram mais perguntas ou recomendações à Câmara não correspondem aos temas que mais propostas da Câmara suscitaram, em que preponderam matérias do foro financeiro e patrimonial. Esta preponderância prende-se em parte com a própria legislação, que atribui à Assembleia Municipal mais competências deliberativas em matéria de finanças que em muitas outras áreas. Seja como for, as sessões de perguntas e as outras modalidades de fiscalização do executivo revelam as múltiplas áreas que as diferentes bancadas pretenderam escrutinar;

j) Quanto aos requerimentos à Câmara - que permitem aos deputados municipais obter informações relacionadas com a atividade da Câmara Municipal, dos serviços e das empresas municipais, podendo ser subscritos por uma bancada ou por um deputado em nome individual - verifica-se que mais de metade dos 91 requerimentos apresentados no período em análise não obteve qualquer resposta. Uma das conclusões a retirar é que é necessário garantir junto da Câmara uma melhor capacidade de resposta aos requerimentos dos deputados municipais, bem como um maior respeito pelo prazo de resposta, nos termos regimentais;

k) Quanto à intervenção dos cidadãos nos trabalhos da Assembleia, os números registados foram os seguintes: 70 intervenções no período aberto ao público em todas as sessões e 112 nos dois debates temáticos realizados, o que certamente recomenda a repetição deste tipo de debates, mais mobilizadores e apelativos. Deram ainda entrada 9 petições com o número de assinaturas igual ou superior ao que é exigido pela Regimento da AML (250), das quais 6 foram debatidas em plenário nesse ano, com intervenção direta dos primeiros subscritores no debate. A apreciação das petições carece, no entanto, de um maior aprofundamento, pois até à data nem sempre tem resultado numa efetiva tomada de posição da Assembleia Municipal, o que poderá vir a desmotivar o público empenhado nesta forma de participação;

l) A estratégia de comunicação e acesso à informação da Assembleia Municipal revelou-se de grande importância para a eficiência dos seus trabalhos. A quantidade de informação gerada e analisada pelos deputados municipais é muito elevada, sendo necessário distribuí-la a todos em tempo útil e permitir igualmente o seu acesso à comunicação social e aos cidadãos. Realça-se o papel dos dois sítios da Assembleia Municipal, o institucional e o «Debater Lisboa» (específico para a difusão de opinião interna e externa), bem como da página do *Facebook* e do canal *youtube*, tendo havido em todas estas frentes um crescimento sustentado de visitas. O destaque dado por vários meios de comunicação social ao que se passa na Assembleia Municipal contribuiu também, e muitas vezes de forma decisiva, para a abertura deste órgão a todos os interessados;

m) Quanto ao apoio logístico para o funcionamento da Assembleia Municipal, regista-se o contributo empenhado dos trabalhadores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, todos pertencentes aos quadros do município de Lisboa. O reforço e reestruturação do GAAM tiveram um papel muito importante nos resultados alcançados. Não podemos esquecer que os deputados municipais não são profissionalizados, razão pela qual dispõem ainda de gabinetes de apoio próprios,

constituídos por trabalhadores do município e prestadores de serviços com contratos que caducam com o termo do mandato. Sem estes apoios seria impossível desempenhar a missão de enorme responsabilidade que cabe ao órgão deliberativo do município de Lisboa;

n) Uma nota final para registar a elevada taxa de execução orçamental na orgânica correspondente à Assembleia Municipal. Ressalve-se, contudo, que os orçamentos desta orgânica rondam os 500 000 euros anuais, cerca de 0,1 % dos orçamentos anuais do município, pelo que os custos do funcionamento deste órgão democrático do poder local (que não inclui os custos com pessoal ou com prestadores de serviços) são efetivamente quase irrelevantes à luz das despesas gerais do município.

2 - Parte deliberativa da proposta

Face a estas conclusões, à apreciação da Conferência de Representantes e às sugestões dos Grupos Municipais que a integram, a Assembleia Municipal delibera, nos termos regimentais e legais, o seguinte:

- a) Para garantir uma monitorização efetiva das recomendações à Câmara aprovadas pela Assembleia Municipal, deverão as Comissões Permanentes, nas suas reuniões ordinárias bimensais, solicitar a presença do Vereador ou Vereadores dos pelouros abrangidos pelo respetivo âmbito, devendo os mesmos enviar previamente uma informação escrita dando conta do acatamento ou não pela Câmara das recomendações aprovadas nos últimos dois meses. A primeira informação escrita desta natureza deverá permitir às Comissões obter um panorama geral do seguimento dado pela Câmara às recomendações aprovadas desde o início deste mandato;
- b) Para melhorar a capacidade de resposta aos requerimentos recebidos pela Câmara e permitir uma visão de conjunto, deverá a informação escrita do Presidente apresentada em todas as sessões ordinárias conter um capítulo onde informe quais os requerimentos respondidos e não respondidos, e neste último caso porquê;
- c) Deve também ser enviada mensalmente pela mesa da Assembleia à Câmara, todos os meses, a listagem de requerimentos não respondidos, já que, nos termos regimentais, deveriam ser respondidos em 30 dias;
- d) Para melhorar o funcionamento das sessões de perguntas à Câmara e de perguntas sobre freguesias, deverá ser ajustada caso a caso a respetiva grelha de tempos, ouvida a Conferência de Representantes, tendo em conta o número de temas suscitados por todas as bancadas e a necessidade de permitir uma efetiva resposta pelo executivo a todas as questões formuladas;
- e) Deve ser acautelado pela mesa um maior envolvimento de todos os Grupos Municipais na preparação e organização de Debates Temáticos e na escolha dos oradores dos diferentes painéis, que poderão incluir deputados municipais. Deverá, igualmente, procurar-se uma maior participação de todos os deputados municipais e da sociedade civil nos Debates Temáticos cuja realização seja aprovada pela Assembleia;

- f) As intervenções do público no período de intervenção aberto ao público deverão passar a ser transcritas no sítio da Assembleia Municipal, com indicação do encaminhamento dado pela mesa à matéria exposta;
- g) A apreciação das petições por parte das Comissões deve envolver a audição dos interessados e concretizar a medida ou medidas a propor ao plenário no sentido de dar satisfação aos peticionários, ou qual o motivo da não apresentação de quaisquer propostas, se for esse o caso;
- h) As reuniões das Comissões serão abertas à comunicação social, salvo deliberação em contrário dos respetivos membros no início de cada reunião;
- i) Torna-se imprescindível prosseguir com os trabalhos de requalificação das instalações do Fórum Lisboa, pelo que a mesa deverá obter da Câmara Municipal a garantia dos recursos necessários;
- j) Deve ser prosseguida e ampliada a estratégia de comunicação e disponibilização de informação *on-line* pela Assembleia Municipal, nomeadamente através de uma *newsletter* periódica e do reforço da capacidade de edição dos conteúdos disponíveis no canal *youtube* da Assembleia Municipal;
- k) Deve ser ponderada a edição anual, em formato digital, de todas as deliberações da Assembleia Municipal, classificadas por assuntos, a fim de permitir análises qualitativas e um melhor escrutínio pela comunicação social e pelos cidadãos do acervo deliberativo deste órgão.

3 - Para incorporar as orientações e recomendações acima expressas no Regimento ou em deliberações complementares de boas práticas, visando a melhoria do desempenho da Assembleia Municipal, é criado um Grupo de Trabalho, presidido pela Presidente da Assembleia, com a seguinte composição: os membros da mesa; um deputado municipal indicado por cada grupo municipal; um deputado municipal indicado pelo conjunto dos deputados independentes.

4 - A mesa apresentará ao Grupo de Trabalho, no prazo de 15 dias, uma proposta de deliberação com eventuais alterações ao Regimento ou normas de boas práticas que propõe, cabendo ao Grupo de Trabalho concluir a sua tarefa nos 30 dias seguintes, prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário (prazos contados em dias seguidos), para posterior apreciação da Assembleia Municipal.

- Deliberação n.º 95/AML/2015:

- Proposta n.º 45/CM/2015 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas e os benefícios fiscais associados, nos termos da proposta

Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 45/2015

Assunto: Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbano e Espaço Público.

Serviço: DMPRGU / DPRU / Divisão de Reabilitação Urbana.

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 11/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião de 20 de março de 2012, a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024;

Nos termos da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024, será delimitada para cada operação de reabilitação sistemática a lançar a correspondente área de reabilitação urbana, que será ao mesmo tempo destacada da atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, por forma a fazer coincidir cada operação de reabilitação, simples ou sistemática, com a respetiva área de reabilitação;

A intenção de promover a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas (ARU-Vale de Chelas) consubstancia-se na salvaguarda dos valores patrimoniais e ambientais em presença, equilibrando-os com a evidente necessidade de estruturação de espaços e atividades, procurando, em particular, proporcionar as corretas condições de habitabilidade no conjunto da Vila Dias e a adequação da sua envolvente, não construída, à paisagem urbana do vale adjacente que se pretende qualificada;

A área de intervenção da ARU-Vale de Chelas abrange cerca de 30 hectares das freguesias do Beato e da Penha de França, é definida orograficamente pelo talvegue do troço jusante do Vale de Chelas, estruturada pela antiga estrada de Chelas e dividida pelo ramal de ligação entre as linhas de CF de Cintura e do Norte, constituindo um «território sobranço» do crescimento da cidade que inclui vestígios da primitiva ocupação rural, antigas áreas fabris abandonadas, com relevância para a arqueologia industrial, habitação operária decadente e obsoleta, algumas ocupações de logística em operação e infraestruturas importantes para toda a área oriental da cidade como a ETAR de Chelas ou o mercado municipal do Beato;

Para a área abrangida pela presente Área de Reabilitação Urbana encontra-se em vigor o Plano Diretor Municipal de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião de 24 de julho de 2012, e publicado no «Diário da República», 2.ª série, n.º 168, de 30 de agosto de 2012, através do Aviso n.º 11 622/2012;

Com a presente proposta pretende-se a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada;

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, permite aprovar a delimitação de áreas de reabilitação urbana sem a simultânea aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana, impondo, no entanto, um prazo de caducidade de 3 anos se não for aprovada a mesma operação de reabilitação;

A presente proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas é devidamente fundamentada e contém os elementos exigidos pelo artigo 13.º, n.º 2 do RJRU: memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, planta com a delimitação da área abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, os quais se encontram no documento anexo à presente proposta.

Assim, tenho a honra de propor que o Plenário da Câmara Municipal de Lisboa delibere:

- 1 - Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas, ao abrigo do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 13.º do RJRU, conforme planta de delimitação e memória descritiva e justificativa, que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta;
- 2 - Aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal os benefícios fiscais associados, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º do RJRU, conjugado com o n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, para os efeitos previstos nos n.ºs 7 e 8 do referido artigo 71.º do EBF:
 - 2.1 - Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano da mesma reabilitação, inclusive, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos;
 - 2.2 - São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana.
- 3 - Aprovar destacar da atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa a área sombreada na planta de delimitação anexa à presente proposta, por forma a fazer coincidir a futura operação de reabilitação sistemática com a totalidade da área referida no ponto 1.

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO VALE DE CHELAS

1. INTRODUÇÃO

O vale de Chelas apresenta-se como território fragmentado, onde coexistem reminiscências rurais, antigos Palácios, edifícios fabris obsoletos e abandonados, atividades logísticas desordenadas, habitação de génese operária degradada, justaposição de infraestruturas que acrescentaram roturas e impactes negativos sobre a envolvente e um grande potencial paisagístico que advém de corresponder à segunda área aluvionar mais importante da Cidade.

A delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Vale de Chelas justifica-se pela necessidade de programar e concertar esforços de reabilitação e regeneração urbana integrada, que apenas uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática torna viável.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL E PROCEDIMENTO DE DELIMITAÇÃO

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e pelo decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, assume particular importância na requalificação e revitalização urbana.

A aprovação da delimitação de uma ARU pode ter lugar em momento anterior à aprovação da ORU a desenvolver nessa área. O município pode, assim, aprovar a delimitação de uma ARU, em consonância com a diversidade urbanística, económica, social, cultural e ambiental das várias parcelas do seu território, com vista à ulterior aprovação da concreta operação de reabilitação a efetuar na área delimitada, devendo esta, porém ser aprovada num prazo de 3 anos sob pena de caducidade daquela.

As ARU incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada. Estas áreas podem abranger, designadamente, áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação e respetivas zonas de proteção, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

A delimitação das áreas de reabilitação urbana é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal. A proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana é devidamente fundamentada e contém os seguintes elementos:

- a) A memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

O ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana é publicado através de aviso na 2ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município.

Simultaneamente com o envio para publicação do aviso, a câmara municipal remete ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana.

A cada área de reabilitação urbana corresponde uma operação de reabilitação urbana e os municípios podem optar pela realização de operações de reabilitação urbana simples ou sistemática, enquadrados por instrumentos de programação, designados, respetivamente, de Estratégia de Reabilitação Urbana (ERU) ou de programa estratégico de reabilitação urbana (PERU).

Através da Deliberação n.º111/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, na sua reunião de 20 de março de 2012, a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024 (ERU).

Nos termos da ERU, será delimitada para cada operação de reabilitação sistemática a correspondente área de reabilitação urbana, que será ao mesmo tempo destacada da atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, por forma a fazer coincidir cada operação de reabilitação, simples ou sistemática, com a respetiva área de reabilitação.

Com a presente proposta pretende-se a aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas, em que parte da sua área está abrangida pela atual Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada.

3. DELIMITAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

Este território está ainda sob vigência do Plano de Urbanização do Vale de Chelas (PUVC), instrumento de gestão territorial que data de 1998 e que apresenta grandes contradições com as opções de ordenamento do território contidas no PDM em vigor e com os desafios de recuperação do vale. O “Estudo de Viabilidade do Corredor Verde Oriental – Vale de Chelas”, atualmente em curso, justifica e enquadra estas novas opções. Nessa medida o PUVC encontra-se em reavaliação com vista à sua revogação.

Os limites de intervenção da ARU do Vale de Chelas abrangem áreas territoriais das freguesias do Beato e da Penha de França, totalizando cerca de 30 hectares.

Os limites da área são:

- A norte, a Linha de Caminhos de Ferro da Cintura de Lisboa, a rua Alves Paiva Fragoso e a Vila Rogélia.
- A nascente a rua de Cima de Chelas, o Bairro da Quinta do Ourives, a calçada de Santa Catarina a Chelas, o ramal de ligação Linha de Cintura/Linha do Norte de Caminhos de Ferro, a rua José Alves ao Grilo, a rua da Quinta da Aduela e a Linha do Norte.
- A sul, o largo do Marquês de Nisa, o beco da Horta das Canas e a travessa da Amorosa.
- A ponte, a estrada de Chelas, o cemitério do Alto de São João, a avenida Marechal Francisco da Costa Gomes, o ramal de ligação Linha de Cintura/Linha do Norte de Caminhos de Ferro e a calçada da Picheleira.

A área é definida orograficamente pelo talvegue do troço jusante do vale de Chelas, estruturada pela antiga estrada de Chelas e dividida pelo ramal de ligação entre as linhas de CF de Cintura e do Norte, culminando a segunda mais importante bacia hidrográfica da cidade de Lisboa, e constituindo, na atualidade, um território abandonado e fragmentado, a carecer inequivocamente de intervenção.

“O Vale de Chelas como outro qualquer território da cidade sofreu intensas transformações ao longo da história, a sua paisagem foi sucessivamente alterada, primeiro por fenómenos físicos e depois pela apropriação cultural através da construção de socalcos, barreiras, fábricas, casas, estradas e infraestruturas viárias, tipologias de habitar e de atravessar, mas os fluxos primários do vale, o vento a água e a deslocação facilitada permanecem os mesmos, gravíticos, movimentando-se pelo menor declive das cotas mais altas para as cotas mais baixas até à frente ribeirinha. Esta direção é a mais rivalizada pelas componentes fluidas da paisagem, ar, água, pessoas e carros.”

Estudo de viabilidade do corredor Verde Oriental – Vale de Chelas / Análise”, NPK dezembro 2014

Constituindo um “território sobranço” do crescimento da cidade, inclui vestígios da primitiva ocupação rural, antigas áreas fabris abandonadas, com relevância para a arqueologia industrial, habitação operária decadente e obsoleta – onde se salienta a situação da Vila Dias, mas coexistem também a Vila Flamiano, a Vila Amélia Gomes, a Vila Emília ou o Pátio do Bleck, entre outros – algumas ocupações de logística em operação e infraestruturas importantes para toda a área oriental da cidade como a ETAR de Chelas ou o mercado municipal do Beato.

O potencial ecológico do vale de Chelas, que é necessário compatibilizar com a presença de algumas atividades económicas e a promoção de emprego local, pode ser prosseguido conforme preconiza a estratégia de desenvolvimento territorial do PDM, promovendo a qualificação urbana através da sustentabilidade ambiental.

A presença da ETAR, que se apresenta claramente disruptiva da morfologia do vale e que produz um significativo impacto de poluição ambiental, exige um enquadramento e proteção que a compatibilize com o contexto urbano em que se insere, através de soluções necessariamente divergentes e mais sustentáveis relativamente às que estavam previstas no PU do Vale de Chelas.

A habitação distribui-se por 774 alojamentos, 29% dos quais não têm instalação sanitária e 34% com uma área inferior a 50 m², características que reproduzem o padrão da habitação operária do princípio do século XX, persistindo, portanto, nas suas condições originais até hoje; 16% destes fogos estavam vagos (tudo dados INE 2011). A propriedade desta habitação é essencialmente privada.

Verifica-se, portanto, a absoluta necessidade de encontrar soluções integradas para inverter a degradação e obsolescência do território, bem como de proceder à sua integração nas malhas envolventes, a exemplo do que vem já sendo programado através da intervenção contígua no Casal do Pinto, confinante a noroeste da presente área.

4. ENQUADRAMENTO NAS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PDM

A ARU a desenvolver tem como referência as opções de desenvolvimento consagradas no PDM de Lisboa em vigor, enquadrando as operações urbanísticas a promover conforme a normativa do respetivo regulamento e respetiva cartografia de suporte.

Planta de ordenamento – qualificação do espaço urbano

- Espaços consolidados: espaços centrais e residenciais de traçado urbano C, ao longo de parte da estrada de Chelas e a nascente da rua Gualdim Pais; espaços verdes de recreio e produção na mata da Madre de Deus e no logradouro da Quinta de Santa Catarina; espaços verdes de enquadramento a infraestruturas junto à ETAR de Chelas; espaço de uso especial de infraestruturas, correspondente à mesma ETAR, ao ramal de ligação dos CF e à Linha do Norte.
- Espaços a consolidar: espaços centrais e residenciais, desde a metade sul da rua Gualdim Pais até ao largo do Marquês de Nisa e na Vila Dias; espaços verdes de recreio e produção correspondentes ao canal do Alviela e à zona de hortas a norte da Vila Dias, e no topo norte da estrada de Chelas, no encontro das linhas de CF; espaços de uso especial de equipamentos, correspondentes a reserva para equipamento escolar (atualmente em revisão pela sua proximidade à ETAR e ao cemitério).
- Património arqueológico e geológico: a quase totalidade da área está protegida com nível arqueológico III.
- Património edificado e paisagístico:
 - Imóveis
 - . 07.03 – Palácio do Lavrado.
 - . 07.20 – Quinta de Santa Catarina, quinta da Condeixa, casa das Beiras.
 - . 07.51 – Edifício de habitação unifamiliar.
 - . 07.54 – Edifício de habitação plurifamiliar com fachada de azulejo.
 - . 07.59 – (Antiga) Fábrica de Fiação e Tecidos de Xabregas, edifício industrial.
 - Conjuntos arquitetónicos
 - . 07.04 – Vila Emília.
 - . 07.23 – Vila Dias.
 - . 07.39 – Vila Flamiano.
 - . 07.50 – Rua Gualdim Pais, 90/108
 - . 07.53 – Frente de rua à estrada de Chelas, 158A/158H
 - Objetos singulares
 - . 07.52 – Chafariz e depósito de água, beco dos Toucinheiros.

- Rede viária: a área é atravessada por uma via proposta, de 2.º nível, da rede rodoviária municipal, articulada por uma rotunda, em estrutura, a construir sobre a atual ETAR, e que ligaria a avenida Marechal Francisco da Costa Gomes, desde as Olaias, à avenida do Santo Condestável e ao corredor de reserva para acesso à terceira travessia do Tejo, a norte, e à avenida Infante D. Henrique, a sul.

Planta de ordenamento – estrutura ecológica municipal

- Sistema húmido: a quase totalidade da área está coberta pelo sistema húmido, com exceção de pequenas áreas em encosta na Vila Dias, na travessa da Amorosa, no pátio do Firmino, da calçada do Teixeira e da calçada de Santa Catarina a Chelas.
- Sistema de transição fluvial estuarino: é abrangido na sua parte mais baixa, abarcando o largo do Marquês de Nisa, a Vila Flamiano e a rua Gualdim Pais até ao lavadouro público.
- Espaços verdes: consolidados e a consolidar, já descritos na planta de ordenamento.

Planta de ordenamento – sistema de vistas

- Subsistema de vales e frente ribeirinha: área abrangida pelo sector oriental da frente ribeirinha, correspondente à Vila Dias e troço inicial da rua Gualdim Pais; a restante área integra o vale de Chelas.
- Subsistema de pontos dominantes: ponto de vista de “Xabregas”, situado sobre o túnel do ramal de CF, junto à Vila Amélia e aberto a sul sobre o rio; ponto de vista “Beato – vista para o Alto de São João”, situado na mata da Madre de Deus e aberto a poente; e o ponto de vista “Forte de Santa Apolónia”, com incidência no núcleo urbano do extremo sul da área a delimitar.
- Subsistema das cumeadas principais: festo nascente do vale de Chelas

Planta de ordenamento – riscos naturais e antrópicos I

- Vulnerabilidade a inundações: moderada em todo o leito do vale, subindo para muito elevada na parte correspondente à área edificada a sul do lavadouro e definida pela rua Gualdim Pais e o beco dos Toucinheiros; apresenta ainda um ponto de máxima acumulação de águas pluviais, correspondente a uma importante bacia de drenagem, superior a 500 hectares, na rua Gualdim Pais, na mesma zona do lavadouro.
- Suscetibilidade ao efeito de maré direto: verifica-se no largo do Marquês de Nisa.
- Suscetibilidade de ocorrência de movimentos de massa em vertentes: moderada ao longo do ramal de ligação do CF, coincidente com a Vila Amélia e a montante da Vila Emília, e, no limite norte da área, no talude da Linha de Cintura de CF; elevada, nos terrenos a nordeste da Vila Dias, sob o bairro do Grilo e sob a mata da Madre de Deus, a montante da rua Gualdim Pais; muito elevada sob a mesma mata, entre a calçada de Santa Catarina e o cruzamento da estrada de Chelas com o ramal de CF, sobre este último.

Planta de ordenamento – riscos naturais e antrópicos II

- Vulnerabilidade sísmica dos solos: muito elevada no fundo do vale principal, correspondendo ao eixo viário estrada de Chelas/rua Gualdim Pais, e no vale subsidiário a poente; elevada no restante território a delimitar.

Planta de ordenamento – condicionantes de infraestruturas

- Rede principal do sistema de drenagem: correspondente ao traçado da linha de água que liga Chelas à zona ribeirinha.
- Sistema interceptor existente: assinala o ramal existente entre a ETAR e ramificando, a sul, para a rua de Xabregas, a nascente e para a rua da Madre de Deus, a poente.
- ETAR: localizada sensivelmente a meio da área de intervenção e servindo a bacia hidrográfica de Chelas.

Planta de ordenamento – acessibilidades e transportes

- Assinalam-se duas localizações de “interseções a estudar prioritariamente”, correspondentes a dois nós viários.

Planta de condicionantes – servidões administrativas e restrições de utilidade pública I

- Sistema de infraestruturas de abastecimento de água: canal do Alviela.
- Ferrovias: proteção da linha do Norte e ramo de ligação da linha do Norte à Linha de Cintura, em túnel.
- Cemitérios: é abrangida marginalmente, pelas zonas *non aedificandi* e de proteção do cemitério do Alto de São João.

- Área sujeita ao regime florestal: parcial, numa orla da mata da Madre de Deus.
- Zona de intervenção do Aeroporto de Lisboa: não aplicável, por se referir a cotas de construção máxima acima de 180 metros.

Planta de condicionantes – servidões administrativas e restrições de utilidade pública II

- sem ocorrências relativas a património cultural classificado nem quaisquer das servidões administrativas referidas no artigo 8.º do RPDM.

5. OBJETIVOS DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

5.1. OBJETIVO GERAL

Conjugando o conhecimento reunido e sistematizado pelo “estudo de viabilidade do corredor oriental”, em curso, as premissas de desenvolvimento do PDM, e assumida a manifesta degradação e abandono deste território e do seu parque construído e habitado, onde persiste também alguma função logística da cidade, a delimitação desta ARU pretende enquadrar a regeneração do tecido construído, social e funcional com a salvaguarda da elevada sensibilidade ambiental e patrimonial do vale de Chelas, em quatro eixos de atuação:

1. Regenerando a habitação existente;
2. Renaturalizando o Vale de Chelas;
3. Reestruturando a rede de acessibilidades;
4. Mitigando os impactos das infraestruturas.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Eixo 1.

- Regeneração dos conjuntos edificados viáveis, salvaguardando a sua utilização habitacional adaptada aos padrões atuais (vilas Dias, Amélia, Emília e Flamiano);
- Manutenção da maioria dos ocupantes residenciais, eventualmente por recurso a novas unidades de alojamento;
- Introdução de equipamento de bairro;
- Estruturação do espaço público, em articulação com o Bairro do Grilo e com o Bairro da Madre de Deus.

Eixo 2.

- Valorizar, do ponto de vista ambiental, o segundo vale mais importante da cidade, viabilizando o troço jusante do “corredor oriental” da estrutura ecológica municipal e sua articulação com o “arco ribeirinho”, pela renaturalização e libertação de solos e recorrendo às aquisições e demolições necessárias;
- Promover a reconversão de usos, revitalizando funcionalmente a área, de forma integrada com a estrutura verde a implementar;
- Valorizar o património paisagístico e cultural existente;
- Regularizar e reordenar as hortas urbanas em socalcos, complementarmente aos espaços verdes de recreio e enquadramento.

Eixo 3.

- Enquadrar e programar o desenvolvimento da rede de acessibilidades de escala local e geral, com incidência neste território;
- Renovação de infraestruturas viárias e de saneamento.

Eixo 4.

- Mitigar os impactos ambientais resultantes das infraestruturas existentes, designadamente a ETAR e a via férrea.

6. APOIOS E INCENTIVOS

Decorre do regime jurídico aplicável (RJRU) que as ações de reabilitação executadas pelos proprietários e outros titulares de direitos poderão beneficiar de um conjunto de apoios e incentivos de natureza regulamentar e procedimental, já existentes no município de Lisboa, bem como de natureza fiscal, atribuídos também pelo município, que se seguem. Designadamente, e para o primeiro caso, são de referir os incentivos traduzidos em créditos de construção, nos termos dispostos no RPDM e na regulamentação específica.

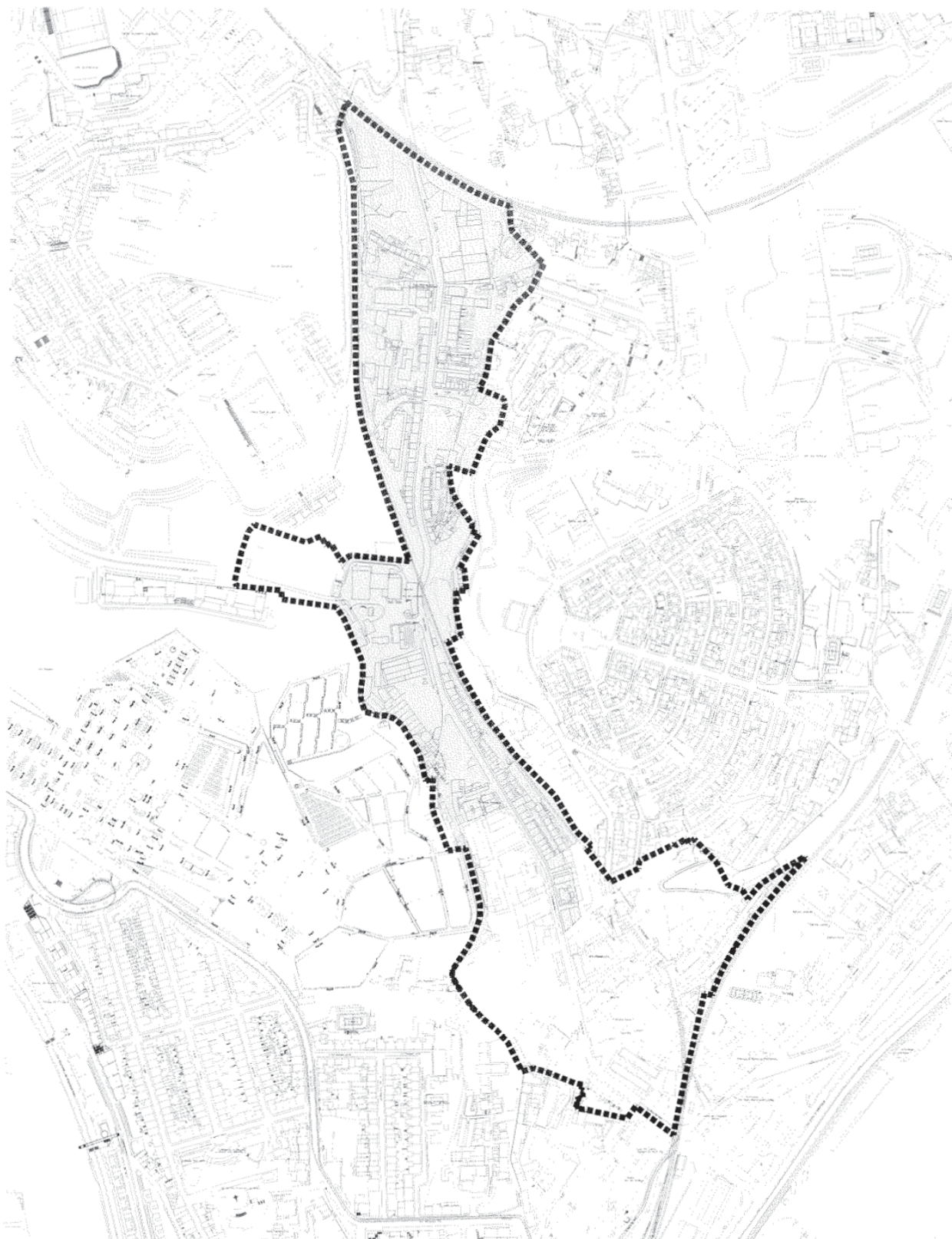
Quadro-resumo dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais para a ARU do Vale de Chelas, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, alínea c) e do artigo 14.º, alínea a) do RJRU:

Nos termos do disposto nos artigos 13.º e 14.º do RJRU, na sua redação atual, a delimitação de uma área de reabilitação urbana obriga à definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT), e confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana. A estes poderão acrescer outros benefícios, apoios e incentivos de natureza fiscal de âmbito nacional.

A Estratégia de Reabilitação Urbana 2011-2024 determina já que, à área de reabilitação urbana correspondente, serão aplicáveis todos os benefícios e incentivos fiscais previstos no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo decreto-lei n.º 215/89, de 1 de julho, designadamente os previstos nos artigos 45.º, 46.º e 71.º, na redação em vigor, bem como quaisquer outros previstos em regime extraordinário de apoio à reabilitação urbana. Através da deliberação n.º 101/AML/2012, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 17.º do RJRU, na versão então em vigor, que corresponde à atual alínea a) do artigo 14.º do mesmo regime, e do n.º 19.º do artigo 71.º do EBF, as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

- *Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de cinco anos, a contar do ano da mesma reabilitação, inclusive, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos;*
- *São isentas de IMT as aquisições de prédios urbanos ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa de prédio reabilitado, quando localizado em área de reabilitação urbana.*

Cumpre, assim, alargar a todas as propriedades abrangidas pela área de reabilitação urbana agora delimitada estes mesmos benefícios e incentivos.



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO
VALE DE CHELAS



ÁREA JÁ ABRANGIDA PELA ARU DE
LISBOA



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DNPRG | DPRO | Divisão de Reabilitação Urbana

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO VALE DE CHELAS

Ordem de Serviço nº 1/2015, de 28 de Janeiro de 2015

Coordenador da equipa:
José Guilherme Azevedo, arq.º

Equipa:

Director Municipal - Arq.º Jorge Celanno
Director do Departamento - Arq.º Paulo Pires
Chefe de Divisão - Arq.º Teresa Duarte

L13	L14
K13	K14
J13	J14
I13	I14

Proc.º

1:5.000

28 jan 2015

N

↑

- Deliberação n.º 96/AML/2015:

- Proposta n.º 29/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alcântara, nos termos da proposta

Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 29/2015

Assunto: Submeter à Assembleia Municipal a Proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alcântara, de aprovação da respetiva minuta de contrato

Pelouro: Obras Municipais.

Serviço: DMPO.

Considerando que:

1 - «Lisboa Mais Próxima» é um dos eixos para o governo da cidade de Lisboa, com o qual se pretende dar especial atenção à qualidade, acessibilidade e densidade da rede pública municipal de equipamentos coletivos de proximidade, assim como melhorar a gestão da cidade e a qualidade dos serviços urbanos, tornando-a uma cidade mais próxima das necessidades dos seus cidadãos;

2 - Para o desempenho deste designio procedeu-se à reforma administrativa da cidade, promovendo a descentralização de diversas competências, recursos e meios nas freguesias. Pretendeu-se, assim, consolidar um novo modelo de governação da cidade, com maior participação das freguesias e dos municípios;

3 - A Escola Básica, 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Santo Amaro, sita na freguesia de Alcântara, carecia de obras de manutenção e conservação de carácter estrutural nas coberturas, instalações sanitárias, salas de aulas, corredores, refeitório, drenagens e espaços exteriores, nomeadamente muros, portões, espaços verdes e equipamentos do parque infantil, cujo valor ascende ao montante total de 80 347,69 euros (oitenta mil trezentos quarenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos);

4 - A Junta de Freguesia de Alcântara mostrou disponibilidade para proceder à realização das obras de manutenção referidas no ponto anterior da presente proposta;

5 - A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, veio atribuir competências próprias às Juntas de Freguesia, no que respeita à manutenção, conservação e reparação de equipamentos sociais, culturais, desportivos e escolas;

6 - Nos termos da Deliberação n.º 6/AML/2014 aprovada em sessão extraordinária de 21 de janeiro de 2014 e publicada na Edição Especial n.º 1 do *Boletim Municipal* de 22 de janeiro de 2014, em especial no Ponto E. 6-A referente às «Disposições Finais» foi estipulado que as intervenções de manutenção e conservação em equipamentos cuja gestão tenha sido alvo de transferência para as freguesias mas que revistam, pela sua dimensão, de carácter estrutural, deverão ser da responsabilidade do Município de Lisboa;

7 - A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

8 - Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

9 - A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea *m*) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

10 - Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea *k*) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia;

11 - No âmbito da incumbência da Assembleia Municipal, nos termos legais supra referidos, dever-se-á, também, promover toda a informação que permita o seu acompanhamento na periodicidade acordada do processo de delegação de competências subjacentes;

12 - A despesa tem enquadramento orçamental na Orgânica N08.00, na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Plano de Atividades A4.P010.05 (42392) - (Manutenção Parque Escolar), conforme documento anexo à presente proposta.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere:

- Submeter à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas na alínea *k*) do artigo 25.º e na alínea *ee*) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos os artigos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no artigo 116.º do Regime Jurídico da Transferência de Competências, ambos os regimes aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

1 - Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alcântara, relativo à execução das obras de manutenção e conservação estrutural da Escola Básica, 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Santo Amaro, bem como autorização para a transferência para a referida freguesia da quantia total de 80 347,69 euros (oitenta mil trezentos quarenta e sete euros e sessenta e nove cêntimos), despesa com enquadramento orçamental na Orgânica N08.00, na Rubrica Económica 08.05.01.01.01, Plano de Atividades A4.P010.05 (42392) - (Manutenção Parque Escolar), conforme documento anexo à presente proposta;

2 - Aprovação da respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alcântara, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador do Pelouro das Obras Municipais e Desporto, Dr. Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, e adiante designado por **Primeiro Outorgante**,

e

FREGUESIA DE ALCÂNTARA, pessoa coletiva n.º 501 132 554, com sede na Rua dos Lusíadas n.º 13, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Davide Amado, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- a) O Município de Lisboa dispõe, entre outras, de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, da educação, dos tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às juntas de freguesia, nomeadamente na manutenção, conservação e reparação de equipamentos sociais, nomeadamente equipamentos culturais, desportivos e escolas.
- d) Nos termos da Deliberação n.º 6/AML/2014 aprovada em sessão extraordinária de 21 de janeiro de 2014 e publicada na Edição Especial n.º 1 do Boletim Municipal de 22 de janeiro de 2014, em especial no Ponto E. 6-A referente às “*Disposições Finais*” foi estipulado que as

intervenções de manutenção e conservação em equipamentos cuja gestão tenha sido alvo de transferência para as freguesias mas que revistam, pela sua dimensão, de carácter estrutural, deverão ser da responsabilidade do Município de Lisboa.

e) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, veio estabelecer o regime jurídico da delegação de competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

f) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

g) No âmbito das competências materiais atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Alcântara e o Município de Lisboa contratualizar a delegação de competências para proceder à realização das obras de beneficiação da Escola Básica, 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Santo Amaro sita na freguesia de Alcântara.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116.º e seguintes do regime jurídico da delegação de competências”, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

Pelo presente contrato, o **Primeiro Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para as obras de manutenção e conservação de carácter estrutural nas coberturas, instalações sanitárias, salas de aulas, corredores, refeitório, drenagens e espaços exteriores, nomeadamente muros, portões, espaços verdes e equipamentos do parque infantil da Escola Básica, 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Santo Amaro, sita na freguesia de Alcântara, concelho de Lisboa.

Cláusula 2.ª

Objetivo da delegação de competências

A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objectivo a melhoria dos serviços prestados na área da Freguesia de Alcântara e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula 3.^a

Competências delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas;
- b) Cooperar com o **Primeiro Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias;
- c) Apresentar relatórios com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos das despesas realizadas;
- d) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo **Primeiro Outorgante** no âmbito do presente contrato;
- e) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto deste contrato.

Cláusula 4.^a

Competências do Primeiro Outorgante

Competirá ao **Primeiro Outorgante**:

- a) Cumprir as condições de afetação dos recursos financeiros;
- b) Isentar a **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à execução das Obras, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a matéria;
- c) Instruir os procedimentos tendentes à isenção das taxas a que se refere a alínea anterior.

Cláusula 5.^a

Recursos financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com presente contrato são fixados no montante de € 80.347,69 (oitenta mil, trezentos e quarenta e sete euros e sessenta e nove centímetros).
2. Para o efeito do presente contrato, o Primeiro Outorgante transferirá a favor da Segunda Contratante, o montante de € 80.347,69 € (oitenta mil, trezentos e quarenta e sete euros e sessenta e nove centímetros) no ano de 2015, montante que tem enquadramento orçamental na orgânica N08.00 na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 Plano de Actividades A4.P010.05 (42392) - (Manutenção Parque Escolar).

Cláusula 6.^a

Auditoria e fiscalização da execução do contrato

As obras objeto do presente Contrato ficarão sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

Cláusula 7.ª

Modificação, revogação e resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento em razões de interesse público ou na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável ao outro outorgante;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 8.ª

Entrada em vigor e período de vigência

O presente Contrato produz efeitos na data da sua assinatura e vigora até ao seu integral cumprimento pelas Partes.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, _____ de _____ de 2015

Pelo Primeiro Outorgante,

Vereador do Pelouro das Obras Municipais e Desporto,

(Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo)

Pela Segunda Outorgante

Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara

(Davide Amado)

- Deliberação n.º 97/AML/2015:

- Proposta n.º 128/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campolide, nos termos da proposta

Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 128/2015

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campolide e aprovar a respetiva minuta de contrato

Pelouro: Vereador Duarte Cordeiro.

Serviço: UCT.

Considerando que:

a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respetivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;

b) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente na manutenção do espaço público;

c) Neste âmbito, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide consideram de interesse mútuo e prioritário, a manutenção e requalificação de espaços públicos, mais concretamente:

- 1) A requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2.ª fase) e implementação de equipamentos de apoio;
- 2) A requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à radial de Benfica;
- 3) A estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha.

d) Nessa medida, os espaços públicos supra referidos estão identificados nos Anexos 1, 2 e 3, respetivamente, constantes de dossier, que inclui memórias descritivas e peças desenhadas, com referência à localização;

e) O interesse, relevância e prioridade de intervenção nos espaços em apreço resulta, desde logo, da sua natureza, localização e do estado em que se encontram;

f) Sendo que, constitui também objetivo das autarquias, na prossecução das suas atribuições, a reabilitação e manutenção do espaço público, possibilitando a fruição da rede viária e dos espaços públicos;

g) Ainda, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, estabeleceu que estas delegações devem ter por objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, devendo ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

h) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever, designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

i) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

j) Nessa medida, foi elaborado pelos Serviços Municipais um estudo, assumindo uma componente pluridisciplinar, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;

k) Os recursos financeiros deverão ser corretamente geridos, pelo que importa existir um acompanhamento da execução das obras por esta edilidade, assente, designadamente, na nomeação de um representante para estar presente na reunião de obra, na análise de relatórios de progresso da execução e na validação dos documentos contabilísticos;

l) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal de Lisboa e Assembleia de Freguesia de Campolide, a Câmara Municipal de Lisboa e a freguesia de Campolide pretendem contratuar a delegação de competências para proceder à requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2.ª fase) e implementação de equipamentos de apoio; requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à Radial de Benfica, bem como a estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, de acordo com as memórias descritivas e peças desenhadas, com referência à localização, conforme Anexos 1, 2 e 3, supracitados;

m) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

n) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, e alínea m) do n.º 1 do 33.º, do regime jurídico das autarquias locais e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Transferência de Competências, ambos os regimes aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em Anexo I à mesma lei:

I - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, o Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campolide, para proceder à requalificação paisagística

da área expectante da Rua Eduardo Malta (2.ª fase) e implementação de equipamentos de apoio; à requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à Radial de Benfica, bem como à estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, nos termos dos Anexos 1, 2 e 3, respetivamente;

II - Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campolide, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta, bem como autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito, nos termos seguintes:

a) O valor de 150 000 euros (cento e cinquenta mil euros), para a requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta e implementação de equipamentos de apoio;

b) O valor de 159 000 euros (cento e cinquenta e nove mil euros), para requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à Radial de Benfica;

c) O valor de 27 560 euros (vinte e sete mil quinhentos e sessenta euros), para estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha.

As verbas supracitadas possuem cobertura orçamental nas rubricas:

- Económica 08.05.01.01.01 e Ação do Plano A2.P002.43 (43388), Orgânica N02.00 no valor de 150 000 euros;

- Económica 08.05.01.01.01 e Ação do Plano A4.P002.11 (40591), Orgânica N02.00 no valor de 186 560 euros.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, com competências delegadas e subdelegadas através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

e

FREGUESIA DE CAMPOLIDE, pessoa coletiva n.º 506 810 496, com sede na Rua de Campolide, n.º 24-B, aqui representada pelo Senhor Doutor André Nunes de Almeida Couto, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

Considerando que:

- a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos.

- b) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente na manutenção do espaço público.
- c) Neste âmbito, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide consideram de interesse mútuo e prioritário, a manutenção e requalificação de espaços públicos, mais concretamente:
 - 1) A requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e implementação de equipamentos de apoio;
 - 2) A requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à radial de Benfica;
 - 3) A estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha.
- d) Nessa medida, os espaços públicos supra referidos estão identificados nos Anexos 1, 2 e 3, respetivamente, constantes de *dossier*, que inclui memórias descritivas e peças desenhadas, com referência à localização.
- e) O interesse, relevância e prioridade de intervenção nos espaços em apreço resulta, desde logo, da sua natureza e localização e do estado em que se encontram.
- f) Sendo que, constitui também objectivo das autarquias, na prossecução das suas atribuições, a reabilitação e manutenção do espaço público, possibilitando a fruição da rede viária e dos espaços públicos.
- g) Ainda, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, estabeleceu que estas delegações devem ter por objectivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, devendo ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- h) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- i) O quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- j) Nessa medida, foi elaborado pelos serviços municipais um estudo, assumindo uma componente pluridisciplinar, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos.

- k) Os recursos financeiros deverão ser correctamente geridos, pelo que importa existir um acompanhamento da execução das obras por esta edilidade, assente designadamente na nomeação de um representante para estar presente na reunião de obra, na análise de relatórios de progresso da execução e na validação dos documentos contabilísticos.
- l) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal de Lisboa e Assembleia de Freguesia de Campolide, a Câmara Municipal de Lisboa e a Freguesia de Campolide pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder à requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e implementação de equipamentos de apoio; requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à radial de Benfica, bem como, a estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, de acordo com as memórias descritivas e peças desenhadas, com referência à localização, conforme Anexos 1, 2 e 2, supracitados.
- m) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- n) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

Pelo presente contrato, a **Primeira Contratante** delega na **Segunda Contratante** as competências para promover as operações necessárias à requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e implementação de equipamentos de apoio; e, requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à radial de Benfica, bem como, à estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, nos termos, respetivamente, constante das plantas anexas ao presente contrato (anexos I, II e III), que dele fazem parte integrante para todos os efeitos e que contêm a localização e áreas a intervencionar.

Cláusula 2.ª

Objetivo da delegação de competência

1 - A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objetivo:

- a) A requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e envolvente ao terminal rodoviário da Praça de Espanha, assente na plantação de árvores e sementeira de prado, e, implementação de equipamentos de apoio, designadamente para estadia e implementação de percursos pedonais acessíveis (anexo I);
- b) A requalificação da área expectante junto á rotunda de acesso à radial de Benfica, através da eliminação de focos de insalubridade, modelação de terras e introdução de blocos de rocha com grandes dimensões e sementeira de prado (anexo II);
- c) A estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, com recurso à construção de muro de suporte e à hidro sementeira (anexo III).

2 – Com a materialização das ações anteriormente referidas consegue-se a melhoria dos espaços disponibilizados e dos serviços prestados na área da Freguesia de Campolide, bem como, a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula 3.ª

Competências delegadas na Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Proceder à requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e envolvente ao terminal rodoviário da Praça de Espanha, assente na plantação de árvores e sementeira de prado, e, implementação de equipamentos de apoio, designadamente para estadia e implementação de percursos pedonais acessíveis; a realizar nas áreas melhor identificadas na planta em anexo e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante** em desenvolvimento do presente contrato;
- b) Proceder à requalificação da área expectante junto á rotunda de acesso à radial de Benfica, através da eliminação de focos de insalubridade, modelação de terras e introdução de blocos de rocha com grandes dimensões e sementeira de prado, a realizar nas áreas melhor identificadas na planta em anexo e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante** em desenvolvimento do presente contrato.
- c) Proceder à estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, com recurso à construção de muro de suporte e à hidro sementeira, a realizar nas áreas melhor identificadas nas plantas em anexo e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante** em desenvolvimento do presente contrato.
- d) Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos/intervenções objeto do presente contrato, bem como, às respetivas adjudicações e celebração de contratos;
- e) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;

- f) Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contraente**, e, à execução dos trabalhos de manutenção e de requalificação, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados;
- g) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objeto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- h) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da atuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;
- i) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objeto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- j) Realizar os trabalhos objeto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- k) Fornecer todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos;
- l) Compete-lhe igualmente o fornecimento de fertilizantes, produtos fitossanitários, herbicidas, tutores, terra vegetal, atilhos e outros objecto do presente;
- m) Fornecer o material vegetal para retanchas e substituições cuja morte ou dano tenha por origem uma deficiente manutenção;
- n) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infra-estruturas;
- o) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- p) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objeto do presente contrato;
- q) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- r) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula 4.ª

Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contraente** dos projetos de execução e dos cadernos de encargos necessários à execução dos objetos do presente contrato e respetivos procedimentos administrativos.
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças dos concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos/intervenções objecto do presente contrato;
- c) Prestar o apoio técnico, como projetista no âmbito da execução das obras, sempre que a **Segunda Contraente** necessite ou solicite.
- d) Resolver as situações que não estejam diretamente relacionadas com os trabalhos de manutenção previstos. A reposição destas situações poderá ser efetuada pela **Segunda Contratante**, se as Partes o acordarem;
- e) Acompanhar a execução dos trabalhos, mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

Cláusula 5.ª

Imputação dos Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com presente contrato são fixados nos seguintes montantes:
 - a) A requalificação paisagística da área expectante da Rua Eduardo Malta (2ª. fase) e envolvente ao terminal rodoviário da Praça de Espanha, assente na plantação de árvores e sementeira de prado, e, implementação de equipamentos de apoio, designadamente para estadia e implementação de percursos pedonais acessíveis; no montante de 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros), locais melhor identificados na planta em anexo.
 - b) A requalificação da área expectante junto à rotunda de acesso à radial de Benfica, através da eliminação de focos de insalubridade, modelação de terras e introdução de blocos de rocha com grandes dimensões e sementeira de prado; no montante de 159.000,00 euros (cento e cinquenta e nove mil euros), locais melhor identificados na planta em anexo.
 - c) A estabilização e recuperação do talude da Calçada da Quintinha, com recurso à construção de muro de suporte e à hidro sementeira, no montante de 27.560,00 euros (vinte e sete mil quinhentos e sessenta euros), locais melhor identificados na planta em anexo.
1. As verbas referidas no número anterior da presente cláusula poderão ser objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados.

Cláusula 6.ª

Auditoria e Fiscalização e avaliação da Execução do contrato

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma continua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o presente contrato.

3. A **Primeira Contraente** pode designar pelo menos um representante para acompanhamento da execução, e, verificação do cumprimento do presente contrato, designadamente, para estar presente nas reuniões de obra, monitorização dos relatórios mensais de progresso, e validação dos documentos contabilísticos.

Cláusula 7.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 8.ª

Anexo

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, as plantas Anexas ao presente contrato.

Cláusula 9.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, ____ de _____ de 2015.

A Primeira Contratante,

O Vereador do Pelouro

Duarte Cordeiro

A Segunda Contratante

Presidente da Junta de Freguesia de Campolide

(André Nunes de Almeida Couto)

- Deliberação n.º 98/AML/2015:

- Proposta n.º 129/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campo de Ourique, nos termos da proposta

Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 129/2015

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campo de Ourique e aprovar a respetiva minuta de contrato

Pelouro: Vereador Duarte Cordeiro.

Serviço: UCT.

Considerando que:

a) Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos;

b) A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente na manutenção do espaço público;

c) Neste âmbito, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique consideram de interesse mútuo e prioritário a manutenção e requalificação de espaços públicos, mais concretamente:

- 1 - A requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco;
- 2 - A requalificação do Talude da Travessa do Bahuto.

d) Nessa medida, os espaços públicos supra referidos estão identificados nos Anexos I e II, respetivamente, constantes de dossier, que inclui memórias descritivas, mapas dos trabalhos a realizar, peças desenhadas, com referência à localização;

e) O interesse, relevância e prioridade de intervenção nos espaços em apreço resulta, desde logo, da sua natureza, localização e do estado em que se encontram;

f) Sendo que, constitui também objetivo das autarquias, na prossecução das suas atribuições, a reabilitação e manutenção do espaço público, possibilitando a fruição da rede viária e dos espaços públicos;

g) Ainda, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, estabeleceu que estas delegações devem ter por objetivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, devendo ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

h) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever, designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

i) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação n.º 1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

j) Nessa medida, foi elaborado pelos Serviços Municipais um estudo, assumindo uma componente pluridisciplinar, como previsto pelos dispositivos legais supracitados, ora anexo, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para os devidos efeitos;

k) Os recursos financeiros deverão ser corretamente geridos, pelo que importa existir um acompanhamento da execução das obras por esta edilidade, assente, designadamente, na nomeação de um representante para estar presente na reunião de obra, na análise de relatórios de progresso da execução e na validação dos documentos contabilísticos;

l) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal de Lisboa e Assembleia de Freguesia, a Câmara Municipal de Lisboa e a freguesia de Campo de Ourique pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder à requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco e do Talude da Travessa do Bahuto, de acordo com os projetos de execução, estimativas orçamentais e plantas, conforme Anexos I e II, supracitados;

m) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

n) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Deste modo, tenho a honra de propor que a Câmara delibere, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e dos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Transferência de Competências, ambos os regimes aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicados em Anexo I à mesma lei:

I - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração, para o período do presente mandato, o Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia

de Campo de Ourique, para proceder à requalificação paisagística da Rua Fernando Assis Pacheco e do Talude da Travessa do Bahuto, nos termos dos Anexos I e II, respetivamente;

II - Aprovar a respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Campo de Ourique, ora anexa, que faz parte integrante da presente proposta, bem como autorizar a afetação dos recursos financeiros para o efeito, nos termos seguintes:

- O valor de 48 738,82 euros (quarenta e oito mil setecentos e trinta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), para qualificação da Rua Fernando Assis Pacheco;
- O valor de 8488,75 euros (oito mil quatrocentos e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), para qualificação do Talude da Travessa do Bahuto.

As verbas supracitadas, possuem cobertura orçamental na Rubrica: Económica 08.05.01.01.01 e Ação do Plano A4.P002.11 (40951), Orgânica N02.00.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro, com competências delegadas e subdelegadas através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, e adiante designada por **Primeira Contratante**.

E

FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, pessoa coletiva n.º 510 856 888, com sede na Rua Azedo Gneco, n.º 84 – 2.º Esq., em 1250-039 Lisboa, aqui representada pelo Senhor Doutor Pedro Cegonho, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Contratante**.

Considerando que:

- Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, constituem atribuições do Município de Lisboa, em articulação com as respectivas Juntas de Freguesia, a promoção e salvaguarda dos interesses da sua população, designadamente nos domínios do espaço público e dos equipamentos urbanos.
- A Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, que procedeu à reorganização administrativa da cidade de Lisboa, atribuiu competências próprias às Juntas de Freguesia, nomeadamente na manutenção do espaço público.

- c) Neste âmbito, a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique consideram de interesse mútuo e prioritário a manutenção e requalificação de espaços públicos, mais concretamente:
1. A requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco;
 2. A requalificação do Talude da Tavessa do Bahuto.
- d) Nessa medida, os espaços públicos supra referidos estão identificados nos Anexos I e II, respectivamente, constantes de dossier, que inclui memórias descritivas, mapas dos trabalhos a realizar, peças desenhadas, com referência à localização.
- e) O interesse, relevância e prioridade de intervenção nos espaços em apreço resulta, desde logo, da sua natureza, localização e do estado em que se encontram.
- f) Sendo que, constitui também objectivo das autarquias, na prossecução das suas atribuições, a reabilitação e manutenção do espaço público, possibilitando a fruição da rede viária e dos espaços públicos.
- g) Ainda, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, estabeleceu que estas delegações devem ter por objectivo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, devendo ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos.
- h) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever designadamente, os recursos patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas.
- i) Segundo o quadro legal supra referenciado, e ainda atento o espírito da Recomendação nº1/54, aprovada em Assembleia Municipal, em 27 de Janeiro de 2015, as propostas de delegações de competências em Juntas de Freguesia, são instruídas com os estudos previstos no nº 3 do artigo 115.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro.
- j) Nessa medida, foi elaborado pelos serviços municipais um estudo, assumindo uma componente pluridisciplinar, como previsto pelos dispositivos legais supracitados.

- k) No âmbito das competências atribuídas nos artigos 16.º e 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, consagrado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal de Lisboa e Assembleia de Freguesia, a Câmara Municipal de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique pretendem contratualizar a delegação de competências para proceder à requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco e do Talude da Travessa do Bahuto, de acordo com os projectos de execução, estimativas orçamentais e plantas, conforme Anexos I e II, supracitados.
- l) A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.
- m) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

Pelo presente contrato, a **Primeira Contratante** delega na **Segunda Contratante** as competências para promover as operações necessárias à requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco e do Talude da Travessa do Bahuto, nos termos dos **projectos de execução, estimativas orçamentais, memória descritiva e plantas**, anexas ao presente contrato, que dele fazem parte integrante para todos os efeitos e que contêm a localização e áreas a intervencionar.

Cláusula 2.ª

Objetivo da delegação de competência

1 - A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objectivo:

- a) A requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco, assente na repavimentação em toda a sua extensão, nivelamento do perfil e a colocação de sistema de drenagem adequado que contempla a introdução de sumidouros.
- b) A requalificação do Talude da Travessa do Bahuto, através do revestimento do solo com manta biodegradável e plantação de estrato arbustivo.

2 – Com a materialização das acções anteriormente referidas consegue-se a melhoria dos espaços disponibilizados e dos serviços prestados na área da Freguesia de Campo de Ourique, bem como a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula 3.^a

Competências delegadas na Segunda Contratante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Contratante**:

- a) Proceder à requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco, assente na repavimentação em toda a sua extensão, nivelamento do perfil e colocação de sistema de drenagem adequado que contempla a introdução de sumidouros, a realizar na área melhor identificada nas plantas em anexo e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante** em desenvolvimento do presente contrato.
- b) Proceder à requalificação do Talude da Travessa do Bahuto, através do revestimento do solo com manta biodegradável e plantação de estrato arbustivo a realizar na área melhor identificada nas plantas em anexo e nas condições que sejam definidas pela **Primeira Contratante** em desenvolvimento do presente contrato;
- c) Proceder à elaboração dos procedimentos com vista à abertura dos concursos públicos ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos/intervenções objeto do presente contrato, bem como, às respectivas adjudicações e celebração de contratos;
- d) Promover todas as acções que garantam o cumprimento das condições ora contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas;
- e) Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pela **Primeira Contratante**, e, à execução dos trabalhos de manutenção e de requalificação, independentemente de ser realizada por meios próprios ou subcontratados;
- f) Informar por escrito a **Primeira Contratante** sempre que sofra atrasos na execução dos trabalhos objecto do presente contrato, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, a fim de aquela ficar habilitada a tomar as providências que estejam ao seu alcance;
- g) Assumir a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis e que resultem da própria natureza dos trabalhos de manutenção sejam sofridos por terceiros, em consequência do seu modo de execução, da actuação dos funcionários e, do deficiente comportamento ou da falta de segurança, de materiais e equipamentos;

- h) Assumir todos os danos causados no decorrer da execução dos trabalhos objecto do presente contrato pelo seu pessoal, quer aqueles sejam de natureza humana ou material, devendo reparar com urgência e, à sua custa, os danos que por ventura ocorram. Qualquer ocorrência desta natureza deverá ser comunicada por escrito ao Serviço Responsável, para que seja registada;
- i) Realizar os trabalhos objecto do presente contrato previstos sem qualquer quebra de continuidade ou qualidade da execução dos mesmos ainda que, para tal, tenha de recorrer a situações alternativas, de acordo com os trabalhos de manutenção necessários, e que serão da responsabilidade da **Primeira Contratante**;
- j) Fornecer todo o equipamento, máquinas, combustíveis, lubrificantes, ferramentas e utensílios necessários à boa execução dos trabalhos;
- k) Compete-lhe igualmente o fornecimento de fertilizantes, produtos fitossanitários, herbicidas, tutores, terra vegetal, atilhos e outros objecto do presente;
- l) Fornecer o material vegetal para retanchas e substituições cuja morte ou dano tenha por origem uma deficiente manutenção;
- m) Executar alterações necessárias aos traçados de redes de concessionárias de infra-estruturas;
- n) Cooperar com a **Primeira Contratante** no acompanhamento e controlo do exacto e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- o) Apresentar relatórios mensais de progresso de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do objecto do presente contrato;
- p) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Contratante** no âmbito do presente contrato;
- q) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objecto do presente contrato.

Cláusula 4.ª

Competências da Primeira Contratante

No âmbito do presente contrato, competirá à **Primeira Contratante**:

- a) Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Contraente** dos projectos de execução e dos cadernos de encargos necessários à execução dos objectos do presente contrato e respectivos procedimentos administrativos.
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças dos concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização dos trabalhos/intervenções objecto do presente contrato;

- c) Prestar o apoio técnico, como projectista no âmbito da execução das obras, sempre que a **Segunda Contraente** necessite ou solicite.
- d) Resolver as situações que não estejam directamente relacionadas com os trabalhos de manutenção previstos. A reposição destas situações poderá ser efectuada pela **Segunda Contratante**, se as Partes o acordarem;
- e) Acompanhar a execução dos trabalhos, mediante a apreciação dos relatórios, informações e elementos facultados pela **Segunda Contratante**.

Cláusula 5.ª

Imputação dos Recursos Financeiros

1 - Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com presente contrato são fixados nos seguintes montantes:

- a) - A requalificação da Rua Fernando Assis Pacheco, assente na repavimentação em toda a sua extensão, nivelamento do perfil e colocação de sistema de drenagem adequado que contempla a introdução de sumidouros, nos termos do projecto de execução, plantas em anexo e estimativa orçamental, no montante de 48.738,82 euros (quarenta e oito mil setecentos e trinta e oito euros e oitenta e dois cêntimos), com a localização referida nas plantas em anexo.
 - b) - A requalificação do Talude da Travessa do Bahuto, através do revestimento do solo com manta biodegradável e plantação de estrato arbustivo, nos termos do projecto de execução, plantas em anexo e estimativa orçamental, no montante de 8.488,75 euros (oito mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), com a localização referida nas plantas em anexo.
- 2 - As verbas referidas no número anterior da presente cláusula poderão ser objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados.

Cláusula 6.ª

Auditoria e Fiscalização e avaliação da Execução do contrato

1. Os trabalhos/intervenções objeto do presente Contrato ficam sujeitas a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Contratante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma continua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o presente contrato.
3. A **Primeira Contraente** pode designar pelo menos um representante para acompanhamento da execução, e, verificação do cumprimento do presente contrato, designadamente, para estar presente nas reuniões de obra, monitorização dos relatórios mensais de progresso, e validação dos documentos contabilísticos.

Cláusula 7.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos Contratantes;
 - b) Por razões de interesse público devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 8.ª

Anexo

Fazem parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos, os projectos de execução, estimativas orçamentais e plantas Anexas ao presente contrato.

Cláusula 9.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, ____ de _____ de 2015.

A Primeira Contratante,

O Vereador do Pelouro

Duarte Cordeiro

A Segunda Contratante

Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique

(Pedro Cegonho)

- Deliberação n.º 99/AML/2015:

- Proposta n.º 130/CM/2015 - Delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, nos termos da proposta

Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 130/2015

Assunto: Submeter à Assembleia Municipal a Proposta de celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, de aprovação da respetiva minuta de contrato

Pelouros: Desporto/Obras/Sistemas de Informação.

Serviço: DMPO.

Considerando que:

1 - Foi apresentado em reunião da Câmara Municipal de Lisboa o Plano de Investimento Plurianual de Pavimentação da Cidade de Lisboa que visa não só delimitar uma estratégia de intervenção global na cidade, como delinear uma metodologia de Gestão de Pavimentos para o futuro;

2 - Um dos princípios orientadores do Plano de Investimento Plurianual de Pavimentação da Cidade de Lisboa foi o envolvimento e participação das Juntas de Freguesia;

3 - Este Plano abrange um total de 24 freguesias, compreendendo cerca de 550 000 m² de reabilitação/reconstrução de pavimentos e comportando um investimento de 13,5 milhões de euros, acrescido de 3,5 milhões de euros para empreitadas de pequenas recargas e «tapa buracos»;

4 - No Plano de Investimento Plurianual de Pavimentação da Cidade de Lisboa, está contemplada a realização das obras de repavimentação Rua Alberto Oliveira, na freguesia de Alvalade, no 2.º semestre de 2016;

5 - A Junta de Freguesia de Alvalade mostrou disponibilidade para proceder à realização das obras de repavimentação das vias referidas no ponto anterior da presente proposta, no decurso do ano de 2015, beneficiando assim os fregueses e a população em geral com a antecipação da execução da dita obra;

6 - O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, dos tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

7 - A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem

ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;

8 - Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

9 - A execução da obra em causa pela Junta de Freguesia de Alvalade pressupõe que o Município de Lisboa proceda à transferência para a mesma dos recursos financeiros necessários para o efeito no montante global de 10 000 euros (dez mil euros), quantia essa que, em função do estipulado no Plano de Pavimentação, será liquidada no 2.º semestre de 2016;

10 - A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

11 - Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere:

- Submeter à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do artigo 25.º e na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos os artigos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e no artigo 116.º do Regime Jurídico da Transferência de Competências, ambos os regimes aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

1 - Autorização para celebração do Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, com vista à execução das obras de repavimentação da Rua Alberto de Oliveira, bem como autorização para proceder à transferência para a Junta de Freguesia de Alvalade de uma verba no montante de 10 000 euros (dez mil euros), no 2.º semestre de 2016 para execução das obras em causa;

2 - Aprovação da respetiva minuta do contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a freguesia de Alvalade, que ora se anexa e que faz parte integrante da presente proposta.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

MUNICIPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500 051 070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador do Pelouro das Obras Municipais, Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo, com competência delegada e subdelegada através do Despacho n.º 79/P/2013, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1030, de 14 de novembro de 2013, adiante designada por **Primeira Outorgante**,

e

FREGUESIA DE ALVALADE, pessoa coletiva n.º 510 832 806, com sede na Rua Conde Arnoso, n.º 5 B, concelho de Lisboa, aqui representada pelo Senhor Dr. André Moz Caldas, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, com poderes para o ato, e adiante designada por **Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- a) O Município de Lisboa dispõe de atribuições nos domínios dos equipamentos urbanos, dos tempos livres e do desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- b) Para o desenvolvimento das atribuições em causa é da competência da Câmara Municipal de Lisboa, órgão executivo, a criação e construção de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estipulado na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, veio estabelecer o Regime Jurídico da Delegação de Competências dos municípios nas freguesias, determinando que tais delegações devem ter por escopo a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, bem como que as mesmas devam ser formalizadas mediante a celebração de contratos interadministrativos;
- d) Tais contratos, nos termos dos artigos 115.º e 122.º do mesmo diploma legal, deverão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e adequados ao exercício das competências delegadas;

e) No âmbito das competências materiais atribuídas por força do disposto nos artigos 16.º e 33.º Regime Jurídico das Autarquias Locais, vertido na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e após autorização dos órgãos deliberativos competentes, nomeadamente Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, pretendem a Freguesia de Alvalade e o Município de Lisboa contratualizar a delegação de competência para proceder à realização das obras de repavimentação da Rua Alberto de Oliveira sita na freguesia de Alvalade.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 116.º e seguintes do Regime Jurídico da Delegação de Competências”, aprovado pela alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto

Pelo presente contrato, a **Primeira Outorgante** delega na **Segunda Outorgante** as competências para promover às obras de repavimentação, adiante designadas abreviadamente por “Obras”, a executar na Rua Alberto de Oliveira sita na freguesia de Alvalade, Concelho de Lisboa.

Cláusula 2.ª

Objetivo da delegação de competência

A delegação de competências prevista na cláusula anterior tem como objectivo a melhoria dos serviços prestados na área da Freguesia de Alvalade e a racionalização dos recursos disponíveis para o efeito.

Cláusula 3.ª

Competências delegadas na Segunda Outorgante

No exercício das competências delegadas nos termos da Cláusula Primeira do presente Contrato, competirá à **Segunda Outorgante**:

- a) Promover a execução da Obras durante o decurso do ano de 2015 e garantir que mesmas sejam realizadas em estrita conformidade com os projetos e peças desenhadas fornecidos pela **Primeira Outorgante**;
- b) Proceder à elaboração das peças dos concursos e à abertura dos procedimentos concursais ou procedimentos administrativos necessários à realização das Obras, de acordo com o caderno de encargos a fornecer pela **Primeira Outorgante**;
- c) Proceder à adjudicação das empreitadas e celebração dos contratos necessários à execução das Obras;

- d) Instruir os procedimentos de comunicação prévia/licenciamento para a realização das Obras, se for o caso, junto dos serviços competentes para o efeito.
- e) Promover todas as ações que garantam o cumprimento das condições contratadas, bem como a execução pontual das Obras;
- f) Cooperar com a **Primeira Outorgante** no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato, prestando todas as informações necessárias à sua boa execução;
- g) Apresentar relatórios com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos justificativos da despesa no âmbito da execução das Obras;
- h) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pela **Primeira Outorgante** no âmbito das Obras;
- i) Aplicar e administrar, de boa-fé e no estrito cumprimento da lei e dos regulamentos aplicáveis, os recursos financeiros, tendo em conta o objeto do presente contrato.

Cláusula 4.^a

Competências da Primeira Outorgante

Competirá à **Primeira Outorgante**:

- a) Proceder à elaboração e entrega à **Segunda Outorgante** dos projectos de execução e cadernos de encargos necessários à realização das Obras e respectivos procedimentos administrativos;
- b) Prestar todo o apoio técnico necessário na elaboração das peças dos concursos e/ou procedimentos administrativos necessários à realização das Obras;
- c) Acompanhar a execução das Obras, mediante a apreciação das informações e elementos facultados pela **Segunda Outorgante**;
- d) Cumprir as condições de afetação dos recursos financeiros;
- e) Isentar a **Segunda Outorgante** do pagamento das taxas municipais devidas pelo licenciamento das operações urbanísticas necessárias à execução das Obras, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria;
- f) Instruir os procedimentos tendentes à isenção das taxas no que respeita à obra, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas ou em qualquer outro diploma municipal que venha a regulamentar a presente matéria.

Cláusula 5.^a

Recursos Financeiros

1. Os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas de acordo com presente contrato são fixados nos seguintes termos:

2. Transferência de uma verba no limite máximo de € 10.000,00 (dez mil euros) no segundo semestre de 2016, montante que terá enquadramento orçamental na orgânica N08.00 na Rubrica Económica 08.05.01.01.01 Plano de Actividades A2.P001.01 (40921) – (Protocolo Transferência de Competências) ou noutros códigos que eventual e, supervenientemente os substituam no Orçamento da CML para o ano de 2016;
3. A verba a transferir no âmbito do número anterior da presente cláusula será objeto de revisão em função dos comprovativos de despesa apresentados.

Cláusula 6.ª

Auditoria e Fiscalização da Execução do contrato

1. A obra objeto do presente Contrato ficará sujeita a auditoria, a realizar pelo Departamento de Auditoria Interna da Câmara Municipal de Lisboa, devendo a **Segunda Outorgante** disponibilizar toda a informação e documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.
2. A execução do presente contrato será avaliada, a todo o tempo e de forma continua, pelos respetivos serviços municipais que, para o efeito, promoverão reuniões conjuntas com a Junta de Freguesia e realizarão visitas aos locais a que se refere o presente contrato.

Cláusula 7.ª

Modificação, Revogação e Resolução

1. O presente Contrato pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.
2. O presente Contrato pode ser modificado unilateralmente por qualquer uma das partes com fundamento invocado em razões de interesse público ou a alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos legalmente aplicáveis, devendo a modificação revestir a forma escrita.
3. O presente Contrato pode ser resolvido por qualquer uma das partes, nos seguintes casos:
 - a) Por incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de interesse publico devidamente fundamentado ou alteração anormal e imprevisível das circunstâncias.

Cláusula 8.ª

Entrada em vigor e Período de vigência

1. O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.
2. O período de vigência do contrato será coincidente com a duração do mandato da Câmara Municipal de Lisboa.

O presente Contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, _____ de _____ de 2015

A Primeira Outorgante,
Vereador do Pelouro das Obras Municipais,

(Jorge Miguel Vicente de Campos Máximo)

A Segunda Outorgante
Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade

(André Moz Caldas)

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt